



MOORE

RTA-125-2025

Fundação Padre Albino

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, e o relatório
dos auditores independentes**



Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

RTA-125-2025

Ribeirão Preto-SP, 7 de março de 2025.

À
Fundação Padre Albino
Catanduva-SP

Atenção do Senhor **Reginaldo Donizeti Lopes**
Diretor Presidente

Prezado Senhor:

Encaminhamos-lhe as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Pedimos a gentileza de nos devolver a via protocolada desta carta para nosso controle e arquivo.

Atenciosamente,

Moore Prisma Auditores Independentes



Ricardo Aurélio Rissi
Diretor

Fundação Padre Albino

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, e o relatório dos auditores independentes

Sumário

Relatório da Administração	2
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do Resultado	8
Demonstrações do Resultado Abrangente	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	11
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 por atividade e 2023.....	12
Demonstrações do Resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 por atividade e 2023.....	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

Relatório da Administração

Dando cumprimento às disposições estatutárias temos a grata satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras, encerradas em 31 de dezembro de 2024, compreendendo as diversas unidades que constituem a Fundação Padre Albino, contando já com o Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

Durante o exercício, a Entidade apresentou déficits em suas Unidades de Saúde, resultados que seguem a tendência dos últimos anos.

Em 2024, a área de Educação seguiu a tendência dos últimos anos apresentando resultados sólidos. A boa performance contribuiu fortemente na obtenção da manutenção do resultado alcançado pela Fundação Padre Albino. Na área de Assistência Social o resultado também seguiu a tendência de déficits dos últimos anos. Nas demais atividades (atividades meio), a Fundação Padre Albino apresentou superávit.

Em 2024 a Fundação Padre Albino promoveu investimentos em diversas áreas de atuação, a saber:

SAÚDE

- **Hospital Padre Albino** – Aquisição de máquinas e equipamentos no valor de R\$ 5.446.153,38. Benfeitorias em imóveis no valor de R\$ 27.875.440,44. Aquisição de móveis e utensílios no valor de R\$ 1.076.106,94. Aquisição de equipamentos de informática no valor de R\$ 1.632.095,82. Aquisição de software no valor de R\$ 58.239,89. A aquisição de veículos no valor de R\$ 538.328,50. O valor total dos investimentos foi de R\$ 36.626.364,97 (trinta e seis milhões, seiscentos e vinte e seis mil, trezentos e sessenta e quatro reais, e noventa e sete centavos);
- **Hospital Emílio Carlos** – Aquisição de máquinas e equipamentos no valor de R\$ 1.327.623,88. Benfeitorias em imóveis no valor de R\$ 10.802.668,88. Aquisição de móveis e utensílios no valor de R\$ 462.695,71. Aquisição de equipamentos de informática no valor de R\$ 725.283,49. Aquisição de veículos no valor de R\$ 527.328,50. O valor total dos investimentos foi de R\$ 13.845.600,46 (treze milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, seiscentos reais e quarenta e seis centavos).

Vale salientar que a maior parte dos investimentos destacados acima se referem a implementação do projeto "Design do Futuro"

EDUCAÇÃO

- **Centro Universitário Padre Albino - UNIFIPA** – Aquisição de máquinas e equipamentos no valor de R\$ 615.780,61. Aquisição de móveis e utensílios no valor de R\$ 383.392,77. Aquisição de equipamentos de informática no valor de R\$ 285.737,40. Aquisição de software no valor de R\$ 1.652,00. O valor total dos investimentos foi de R\$ 1.286.562,78 (um milhão, duzentos e oitenta e seis mil, quinhentos e sessenta e dois reais, e setenta e oito centavos);
- **Colégio Catanduva** - Aquisição de máquinas e equipamentos no valor de R\$ 5.672,00. Aquisição de equipamentos de informática no valor de R\$ 72.530,86. Aquisição de móveis e utensílios no valor de R\$ 241.218,42. O valor total dos investimentos foi de R\$ 319.421,28 (trezentos e dezenove mil, quatrocentos e vinte e um reais, e vinte e oito centavos).

ASSISTÊNCIA SOCIAL / ADMINISTRATIVO

- **Recanto Monsenhor Albino** – Aquisição de móveis e utensílios no valor de R\$ 98.718,06. Aquisição de equipamentos de informática no valor de R\$ 17.268,47. Aquisição de máquinas e equipamentos no valor de R\$ 40.916,24. O valor total dos investimentos foi de R\$ 156.902,77 (cento e cinquenta e seis mil, novecentos e dois reais, e setenta e sete centavos);
- **CSC – Dr. José Carlos Rodrigues Amarante** – Aquisição de máquinas e equipamentos no valor de R\$ 31.026,00. Aquisição de móveis e utensílios no valor de R\$ 94.798,90. Aquisição de equipamentos de informática no valor de R\$ 1.497.542,62. Aquisição de veículos no valor de R\$ 467.042,60. Aquisição de benfeitorias no valor de R\$ 30.508,20. O valor total dos investimentos foi de R\$ 2.120.918,32 (dois milhões, cento e vinte mil, novecentos e dezoito reais, e trinta e dois centavos).

No âmbito social, a entidade, através do Centro Universitário Padre Albino - UNIFIPA, Hospital Padre Albino, Hospital Emílio Carlos e Recanto Monsenhor Albino, deu andamento a vários projetos beneficentes e ações sociais realizadas para a comunidade de Catanduva e região, através de projetos e atividades, cursos e palestras, orientações, pesquisas e prestação de serviços institucionais.

O número total de colaboradores no término dos exercícios de 2024 e 2023 era de 2.501 e 2.553, respectivamente.

Os Hospitais Padre Albino e Emílio Carlos seguem com o projeto de reciclagem de lixo (papelão, plástico e sucatas), onde a coleta é realizada. Os produtos são vendidos e o valor é destinado à área de captação de recursos, que os aplica no custeio das atividades de oncologia do complexo hospitalar.

Durante o ano foram promovidas várias ações e benefícios sociais para os seus colaboradores com relação à alimentação, educação, capacitação e desenvolvimento profissional, saúde, segurança e medicina do trabalho, transporte, treinamento e outras.

Junto à comunidade foram desenvolvidos vários projetos, ações e contribuições, a saber: assistência jurídica gratuita a pessoas carentes através do CEPRAJUR, esporte, cultura e lazer, inclusão digital, assessoria e consultorias, educação, saúde e saneamento, segurança no trabalho, treinamento de Gestão de Processos como fator de segurança para os pacientes, orientação à população sobre os cuidados e prevenção de queimaduras e doenças em geral.

Para o exercício de 2025 os objetivos, na área da saúde, serão dar continuidade a construção de um novo Pronto Atendimento na Rua 13 de Maio, no Hospital Padre Albino; bem como, no Hospital Emílio Carlos, dar continuidade a construção da nova ala, onde será instalada uma área de Hemodiálise, de Unidade de Terapia Intensiva, de Central de Materiais e Esterilização e de Central de Distribuição.

Na área educacional, os planos incluem a manutenção das instalações dos campos existentes do Centro Universitário Padre Albino – UNIFIPA e do Colégio Catanduva.

No Departamento de Assistência Social os planos incluem a manutenção das instalações das edificações e aquisições de novos bens móveis.

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**

Aos diretores e conselheiros da
Fundação Padre Albino
Catanduva-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Padre Albino ("Fundação ou FPA"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Padre Albino em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, em especial, norma específica aplicável às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Fundação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, em especial, norma específica aplicável às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto-SP, 28 de fevereiro de 2025.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



Ricardo Aurélio Rissi
Contador – CRC-1SP137183/O-8

Fundação Padre Albino

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>		<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (recursos livres)	4	73.826.513	92.311.332	Fornecedores	12	13.503.405	10.398.264
Caixa e equivalentes de caixa (recursos restritos)	5	5.787.246	6.659.236	Empréstimos e financiamentos	13	4.162.328	3.243.132
Contas a receber de clientes	6	14.871.360	13.119.683	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	14	11.205.922	9.486.562
Subvenções a receber	7	3.869.940	15.656.932	Provisões trabalhistas e de encargos		11.894.476	10.984.658
Estoque	8	7.242.921	6.373.133	Subvenções a realizar	15	8.546.242	21.337.043
Adiantamentos	9	6.781.624	5.377.676	Outras obrigações		8.633.305	6.047.639
Outros créditos		243.987	28.977	Total do passivo circulante		57.945.678	61.497.298
Total do ativo circulante		112.623.591	139.526.969				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	13	48.665.358	30.124.732
Depósitos judiciais	16	9.730.121	10.582.967	Provisões para contingências	16	17.085.642	16.116.410
		9.730.121	10.582.967	Total do passivo não circulante		65.751.000	46.241.142
Propriedades para investimento	10	41.998.102	41.493.593	Patrimônio líquido	17		
Imobilizado	11	144.504.011	95.211.894	Patrimônio social		179.764.368	155.824.284
Intangível		535.644	687.385	Reservas patrimoniais		-	22.787.734
Total do ativo não circulante		196.767.878	147.975.839	Superávit do exercício		5.930.423	1.152.350
				Total do patrimônio líquido		185.694.791	179.764.368
Total do ativo		309.391.469	287.502.808	Total do passivo e patrimônio líquido		309.391.469	287.502.808

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Padre Albino

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receitas operacionais			
Contratualização SUS		112.958.818	70.829.671
Planos de saúde privado		72.601.116	57.955.524
Serviços hospitalares e ambulatoriais particulares		7.164.252	6.974.737
Mensalidades - atividade educação		93.925.865	87.116.987
Gratuidade com bolsas de estudos		10.156.698	10.079.389
Contraprestações Assistenciais Recebidas		323.209	347.486
Serviços Voluntários Obtidos		79.856	76.547
Subvenções e parcerias		25.505.714	51.355.756
Imunidades usufruídas	23	39.146.438	34.743.414
Doações para custeio		5.696.508	2.788.475
Doações em artigos e bens		1.482.207	1.656.808
Aluguéis		1.958.939	1.982.671
Outras Receitas		1.500.341	1.388.041
		372.499.961	327.295.506
Deduções da receita operacional			
Gratuidade com bolsas de estudos		(10.156.698)	(10.079.389)
Bolsas de estudos concedidas		(8.522.214)	(7.718.179)
		(18.678.912)	(17.797.568)
Receitas operacionais líquidas	18	353.821.049	309.497.938
Custos das atividades e serviços			
Custos com pessoal		(142.119.816)	(123.689.565)
Serviços Voluntários Obtidos		(79.856)	(76.547)
Subvenções e parcerias		(25.505.714)	(51.355.756)
Imunidade das contribuições sociais		(39.146.438)	(34.743.414)
Custos com manutenção das atividades		(118.962.697)	(74.686.213)
	19	(325.814.521)	(284.551.495)
Superávit bruto		28.006.528	24.946.443
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	(12.472.115)	(10.228.773)
Depreciações e amortizações		(7.414.499)	(6.344.197)
Despesas com processos e contingências judiciais		(2.716.938)	(3.468.915)
Outras receitas (despesas) operacionais	10	388.549	(8.559.488)
		(22.215.003)	(28.601.373)
Superávit antes do resultado financeiro		5.791.525	(3.654.930)
Receitas Financeiras	21	9.969.628	11.297.099
Despesas Financeiras	21	(9.830.730)	(6.489.819)
Resultado financeiro		138.898	4.807.280
Superávit do exercício		5.930.423	1.152.350

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Padre Albino

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Em reais

	2024	2023
Superávit do exercício	<u>5.930.423</u>	<u>1.152.350</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>5.930.423</u>	<u>1.152.350</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Padre Albino

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais

	Patrimônio social	Reservas patrimoniais	Superávit do exercício	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2023	121.857.632	22.787.734	33.966.652	178.612.018
Incorporação ao patrimônio social	33.966.652	-	(33.966.652)	-
Superávit do exercício	-	-	1.152.350	1.152.350
Saldos em 31 de dezembro de 2023	155.824.284	22.787.734	1.152.350	179.764.368
Incorporação ao patrimônio social	1.152.350	-	(1.152.350)	-
Aumento do capital social com reservas	22.787.734	(22.787.734)	-	-
Superávit do exercício	-	-	5.930.423	5.930.423
Saldos em 31 de dezembro de 2024	179.764.368	-	5.930.423	185.694.791

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Padre Albino

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	5.930.423	1.152.350
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	7.414.497	6.344.197
Residual de baixas do imobilizado	(888)	-
Provisão para perdas com contas a receber de clientes	919.965	1.201.551
Variação do valor justo	(388.549)	8.559.488
Juros incorridos líquido	4.477.183	2.416.556
Provisão para contingências	969.232	1.652.962
(Aumento) redução nos ativos:		
Contas a receber de clientes	(2.671.642)	(1.844.115)
Subvenções a receber	11.786.992	12.199.188
Estoques	(869.788)	(1.763.331)
Depósitos judiciais	852.846	565.946
Outros ativos	(1.618.958)	(1.781.974)
(Redução) aumento nos passivos:		
Fornecedores	3.105.141	2.892.534
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	1.719.360	1.109.811
Provisões trabalhistas e de encargos	909.818	1.348.615
Subvenções a realizar	(12.790.801)	(11.975.790)
Outros passivos	2.585.666	767.147
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	22.330.497	22.845.135
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições em propriedades para investimento	(115.960)	-
Aquisições do imobilizado e intangível	(56.553.985)	(22.601.642)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(56.669.945)	(22.601.642)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos tomados	22.577.449	27.335.195
Pagamentos de principal e juros de empréstimos e financiamentos	(7.594.810)	(3.335.376)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	14.982.639	22.478.262
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(19.356.809)	22.721.755
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	79.613.759	98.970.568
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	98.970.568	76.248.813
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(19.356.809)	22.721.755

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Padre Albino

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 por atividade e 2023

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais

	2024				2023
	Saúde	Educação	Social	Demais atividades	Consolidado
Ativo					
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa (Recursos Livres)	9.359.583	62.708.789	18.220	1.739.921	73.826.513
Caixa e Equivalentes de Caixa (Recursos Restritos)	5.754.357	-	32.858	31	5.787.246
Contas a receber de clientes	9.810.685	4.767.764	-	292.911	14.871.360
Subvenções a Receber	3.801.440	-	68.500	-	3.869.940
Estoques	7.118.266	6.499	61.941	56.215	7.242.921
Adiantamentos	5.174.650	1.434.489	39.272	133.213	6.781.624
Outros créditos	15.637	-	-	228.350	243.987
Total do ativo circulante	41.034.618	68.917.541	220.791	2.450.641	112.623.591
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos judiciais	5.196.758	55.258	16.790	4.461.315	9.730.121
	5.196.758	55.258	16.790	4.461.315	10.582.967
Propriedades para investimento	-	-	-	41.998.102	41.998.102
Imobilizado	124.284.191	12.764.712	1.591.877	5.863.231	144.504.011
Intangível	49.871	5.355	-	480.418	535.644
Total do ativo não circulante	129.530.820	12.825.325	1.608.667	52.803.066	196.767.878
Total do ativo	170.565.438	81.742.866	1.829.458	55.253.707	287.502.808

Continua

Fundação Padre Albino

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 por atividade e 2023

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais

Continuação

					2024	2023
	Saúde	Educação	Social	Demais atividades	Consolidado	Consolidado
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	10.584.540	1.507.558	315.020	1.096.287	13.503.405	10.398.264
Empréstimos e financiamentos	4.162.328	-	-	-	4.162.328	3.243.132
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	7.447.060	2.572.962	112.902	1.072.998	11.205.922	9.486.562
Provisões trabalhistas e de encargos	7.209.934	2.925.316	143.564	1.615.662	11.894.476	10.984.658
Subvenções a realizar	8.442.295	-	101.806	2.141	8.546.242	21.337.043
Outras obrigações	5.649.411	1.837.164	5.835	1.140.895	8.633.305	6.047.639
Total do passivo circulante	43.495.568	8.843.000	679.127	4.927.983	57.945.678	61.497.298
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos - NC	48.665.358	-	-	-	48.665.358	30.124.732
Provisões para contingências	8.369.614	1.671.062	162.051	6.882.915	17.085.642	16.116.410
Total do passivo não circulante	57.034.972	1.671.062	162.051	6.882.915	65.751.000	46.241.142
Patrimônio líquido						
Patrimônio social	(50.851.754)	232.978.574	(28.048.107)	25.685.655	179.764.368	155.824.284
Reservas Patrimoniais	-	-	-	-	-	22.787.734
Superávit do exercício	(26.423.114)	27.064.836	(2.988.780)	8.277.481	5.930.423	1.152.350
Total do patrimônio líquido	(77.274.868)	260.043.410	(31.036.887)	33.963.136	185.694.791	179.764.368
Total do passivo e patrimônio líquido	23.255.672	270.557.472	(30.195.709)	45.774.034	309.391.469	287.502.808

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Padre Albino

Demonstrações do Resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 por atividade e 2023

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais

	2024				2023
	Saúde	Educação	Social	Demais atividades	Consolidado
Receitas operacionais					
Contratualização SUS	112.958.818	-	-	-	112.958.818
Planos de saúde privado	72.601.116	-	-	-	72.601.116
Serviços hospitalares e ambulatoriais particulares	7.164.252	-	-	-	7.164.252
Mensalidades - atividade educação	-	93.925.865	-	-	93.925.865
Gratuidade com bolsas de estudos	-	10.156.698	-	-	10.156.698
Contraprestações Assistenciais Recebidas	-	-	323.209	-	323.209
Serviços Voluntários Obtidos	-	-	-	79.856	79.856
Subvenções e parcerias	24.823.835	-	681.879	-	25.505.714
Imunidades usufruídas	26.600.281	8.985.966	405.721	3.154.470	39.146.438
Doações para custeio	797.846	-	64.074	4.834.588	5.696.508
Doações em artigos e bens	1.434.026	-	48.181	-	1.482.207
Aluguéis	-	24.350	-	1.934.589	1.958.939
Outras Receitas	25.883	446.244	-	1.028.214	1.500.341
	246.406.057	113.539.123	1.523.064	11.031.717	372.499.961
Deduções da receita operacional					
Gratuidade com bolsas de estudos	-	(10.156.698)	-	-	(10.156.698)
Bolsas de estudos concedidas	-	(8.522.214)	-	-	(8.522.214)
	-	(18.678.912)	-	-	(18.678.912)
Receita operacionais líquidas	246.406.057	94.860.211	1.523.064	11.031.717	353.821.049
Custos das atividades e serviços					
Custos com pessoal	(99.420.818)	(27.122.074)	(2.085.307)	(13.491.617)	(142.119.816)
Serviços Voluntários Obtidos	-	-	-	(79.856)	(79.856)
Subvenções e parcerias	(24.823.835)	-	(681.879)	-	(25.505.714)
Imunidade das contribuições sociais	(26.600.281)	(8.985.966)	(405.721)	(3.154.470)	(39.146.438)
Custos com manutenção das atividades	(105.621.891)	(31.257.178)	(1.007.134)	18.923.506	(118.962.697)
	(256.466.825)	(67.365.218)	(4.180.041)	2.197.563	(325.814.521)
Superávit (déficit) bruto	(10.060.768)	27.494.993	(2.656.977)	13.229.280	24.946.443
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	(4.629.250)	(3.119.523)	(121.411)	(4.601.931)	(12.472.115)
Depreciações e amortizações	(5.409.591)	(1.104.179)	(182.486)	(718.243)	(7.414.499)
Despesas com processos e contingências judiciais	(2.210.670)	(401.574)	(15.312)	(89.382)	(2.716.938)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	-	388.549	388.549
	(12.249.511)	(4.625.276)	(319.209)	(5.021.007)	(22.215.003)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro	(22.310.279)	22.869.717	(2.976.186)	8.208.273	(3.654.930)
Receitas Financeiras	1.992.310	7.768.599	4.658	204.061	9.969.628
Despesas Financeiras	(6.105.145)	(3.573.480)	(17.252)	(134.853)	(9.830.730)
Resultado financeiro	(4.112.835)	4.195.119	(12.594)	69.208	4.807.280
Superávit (déficit) do exercício	(26.423.114)	27.064.836	(2.988.780)	8.277.481	1.152.350

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Padre Albino

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Fundação Padre Albino ("Fundação ou FPA"), entidade sem fins lucrativos, reconhecidamente filantrópica, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem prazo determinado de duração, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil, sob nº 47.074.851/0001-42, criada em 11 de março de 1968, sob a estrutura fundacional, como autoriza o artigo 44. III do Código Civil, com sede central e domicílio civil na Rua dos Estudantes nº 225 - Parque Iracema, na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo - CEP 15.809-144.

A FPA é mantenedora das seguintes unidades: Hospital Escola "Padre Albino" inscrita no CNPJ sob o nº 47.074.851/0008-19, Hospital Escola "Emílio Carlos" inscrita no CNPJ sob o nº 47.074.851/0009-08, Centro Universitário Padre Albino – UNIFIPA inscrita no CNPJ sob o nº 47.074.851/0014-67, Centro Universitário Padre Albino – UNIFIPA CAMPUS SÃO FRANCISCO 47.074.851/0016-29, Colégio Catanduva inscrita no CNPJ sob o nº 47.074.851/0003-04, Recanto "Monsenhor Albino" inscrita no CNPJ sob o nº 47.074.851/0010-33, Centro Cultural e Histórico "Padre Albino" inscrita no CNPJ sob o nº 47.074.851/0011-14, da propriedade rural Fazenda Promissão inscrita no CNPJ sob o nº 47.074.851/0007-38 e do Ambulatório Médico de Especialidades – AME Catanduva inscrita no CNPJ sob o nº 47.074.851/0015-48.

A missão da FPA, outrora idealizado pelo Padre Albino Alves da Cunha e Silva está pautada na promoção humana e por consequência na melhora da condição de vida das pessoas que estão em estado de ampla vulneração social, especialmente os doentes e, com o propósito de cumprir a genuína missão, a FPA definiu como sua finalidade a atuação preponderante na área da saúde, como secundária, a educacional e terciária a assistencial, assegurando-se, para a consecução de seus propósitos, a observância ao princípio da universalidade, que confere a todos os cidadãos brasileiros, sem qualquer tipo de discriminação, o direito às ações e serviços oferecidos pela instituição, uma vez atendido os requisitos previstos na legislação vigente.

Na área da saúde, a FPA presta assistência médica e hospitalar em regime ambulatorial e de internação, preferencialmente às pessoas residentes e domiciliados na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo, bem como de outra região, guardadas as limitações da sua capacidade instalada e orçamentária. Atualmente, pelo reconhecimento que a FPA possui como entidade beneficente de assistência social, agrega à sua finalidade a oferta e o atendimento de pacientes não só advindos dos planos de saúde e particulares, mas especialmente aqueles provindos do Sistema Único de Saúde – SUS, mediante a celebração de instrumento jurídico com o gestor Estadual, respeitado a obrigatoriedade da limitação mínima de atendimentos prevista na legislação vigente.

Na área educacional, a FPA mantém educação básica e superior (incluindo pós-graduações *lato e stricto sensu*), presencial ou à distância, por meio de filiais ou por meio de quaisquer outras unidades que possa criar ou manter, própria ou de terceiros, bem como incentiva e fomenta a pesquisa e o desenvolvimento das investigações científicas e históricas. Para a consecução da promoção educacional, a FPA promove, anualmente, a concessão de bolsas de estudos integrais e/ou parciais, observados os limites e termos da legislação vigente, inclusive a regra de compensação social.

Na área assistencial, a FPA promove serviços sócioassistenciais aos idosos e/ou a outros usuários enquadrados na Política Nacional de Assistência Social - PNAS, de forma gratuita, continuada e planejada, sem qualquer discriminação em plena observância à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, guardadas as suas limitações legais e orçamentárias.

1.2 Impostos e contribuições – renúncia fiscal

A entidade é imune à incidência de alguns tributos e contribuições a saber:

(i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A FPA, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, em conformidade com o disposto nos art. 150, VI, "c", e art. 195, § 7º, ambos da Constituição Federal, e de acordo com o art. 181 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto Federal nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

(ii) Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)

Conforme previsto no Decreto Federal nº 6.306/2007, art. 2, § 3º, as operações realizadas pelas instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, desde que vinculadas as suas finalidades essenciais, não se submetem a incidência do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF). Para atestar tal situação às instituições financeiras com as quais realiza operações, a Fundação envia-lhes declaração de que é imune, não estando sujeita a incidência desse imposto sobre as referidas operações.

(iii) Programa de Integração Social (PIS)

No passado, ante a controvérsia da regra do art. 55, da Lei 8.212/91, vez que necessária a existência de lei complementar para instituir requisitos ao implemento de imunidade tributária no tocante às entidades sociais, a FPA deliberou por ajuizar Ação Ordinária de Inexigibilidade Tributária com Repetição de Indébito, na 1ª Vara Federal de São José do Rio Preto/SP, com a opção da realização do depósito judicial, que a teor do art. 151, inciso II, do Código Tributário Nacional, suspende a exigibilidade do crédito tributário.

Posteriormente, em data de 23/02/2017, o STF julgou o Recurso Extraordinário nº 566.622/RS, de Relatoria do Ministro Marco Aurélio, com o reconhecimento da repercussão geral da matéria concernente à questão de que os requisitos para o gozo da imunidade não de estar previstos em lei complementar, restando pacificado a imunidade das instituições detentoras do CEBAS em relação ao PIS sobre a folha. Vale destacar que mesmo diante da decisão, a FPA em uma conduta cautelosa optou por manter o depósito judicial dos valores do PIS até o mês de abril de 2023, vide nota explicativa nº 16.

(iv) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A FPA goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas as atividades próprias da Fundação, de acordo com as Leis nº 9.718/1998 e nº 10.833/2003, com a Medida Provisória nº 2.158-35/2001 e o Decreto Federal nº 4.524/2002. Além disso, a COFINS esta abrangida na imunidade de contribuições para a seguridade social, prevista no art. 195, §7º, da Constituição Federal, sendo que o CEBAS vigente é documento hábil a comprovar tal imunidade.

(v) Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

A Fundação, por ser detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS vigente, é imune ao recolhimento da contribuição previdenciária, de acordo com a Lei Complementar nº 187, em 16 de dezembro de 2021. A aplicação dos recursos encontra-se detalhada na Nota Explicativa nº 23.

(vi) Imposto sobre Serviços (ISS) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)

A FPA por se tratar de entidade filantrópica e beneficente de assistência social na área da saúde, goza de inquestionável imunidade/isenção tributária, em razão do art. 150, inciso VI, letra “c”, da Constituição Federal/88, também fundado no entendimento sedimentado pelo e. Supremo Tribunal Federal, proferido nos autos do Recurso Extraordinário nº 767332, onde foi reconhecida a existência de repercussão geral. Também, em relação à municipalidade, a FPA é isenta das taxas de serviço urbano (art. 1º inciso VI, da Lei Complementar nº 0097 de 21/12/1998) bem como da taxa de coleta de lixo (art. 1º inciso VI, da Lei Complementar nº 0938 de 12/08/2018) em relação à alguns imóveis.

(vii) Benefícios do Programa Universidade para Todos (PROUNI)

O PROUNI foi instituído pela Medida Provisória nº 213/2004, convertida na Lei nº 11.096/2005, alterada pela Medida Provisória nº 1.075/2021, com a finalidade de conceder bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de curso de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos. A gestão do PROUNI cabe ao Sesu/MEC, com o qual a FPA firmou Termo de Adesão para o Centro Universitário Padre Albino – UNIFIPA, com a última renovação em 15 de julho de 2022, para vigorar a partir do 2º semestre de 2022. Na composição de sua gratuidade a Fundação utiliza o PROUNI para o cumprimento da proporção de número de pagantes e bolsas de estudos concedidas.

Para o gozo da imunidade, segundo a Lei nº 9.532/97, art. 12, parágrafo 2º, a Fundação está obrigado a atender os seguintes requisitos:

- (a) Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- (b) aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- (c) manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- (d) conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- (e) apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos.

1.3 Da certificação no CEBAS

A Fundação Padre Albino teve a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS – deferida mediante Portaria SAES/MS nº 298 de 13/09/2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 20/09/2022, com validade de 01/01/2018 a 31/12/2020. Protocolou, junto ao Ministério da Saúde, pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), que está em curso nesse órgão sob nº de controle, SIPAR 25000.164012/2020-44, protocolado “TEMPESTIVAMENTE” no dia 23/11/2020, o qual encontra-se em análise técnica, com base na Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009, e suas alterações, no Decreto nº 8242/14 e na Portaria GM/MS nº 834, de 26 de abril de 2016. Protocolou, junto ao Ministério da Saúde, pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), protocolado “TEMPESTIVAMENTE” no dia 26/12/2023, o qual também se encontra em análise técnica, com base na Lei nº 187, de 16 de dezembro de 2.021, e no Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023, que a regulamenta.

1.4 Manutenção financeira

A FPA é mantida através de auxílios, doações, legados, subvenções, receitas que se originam do desempenho de suas finalidades sociais e das atividades exercidas, receitas patrimoniais e financeiras e outras receitas oriundas de atividades que tenham por fim gerar recursos para sua manutenção.

Todos os recursos financeiros serão administrados e utilizados apenas para o cumprimento das finalidades sociais.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Fundação foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - “Entidade sem Finalidade de Lucros”.

A Administração avaliou a capacidade da Fundação em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Fundação, cuja autorização para a sua conclusão foi dada por esta em 28 de fevereiro de 2025.

b Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

c Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Fundação e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6** – Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa nº 10** – mensuração do valor justo das propriedades para investimentos;
- **Nota explicativa nº 11** – análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado; e
- **Nota explicativa nº 16** – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos por demandas fiscais, trabalhistas e cíveis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa.

e Mensuração do valor justo

Algumas políticas e divulgações contábeis da Fundação requerem a mensuração do valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Fundação.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Fundação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para os ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - *inputs*, exceto os preços cotados incluídos do Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivativos de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A totalidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, da Fundação é classificada como nível 1 e nível 2.

A Fundação reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

f Novas normas, alterações e emendas às normas contábeis adotadas pela Fundação

f.1 Novas normas, alterações e emendas às normas contábeis adotadas pela Fundação

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2024 foram analisadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Fundação.

f.2 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Fundação, estão mencionadas a seguir. A Fundação pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- (i) IFRS 18 (CPC 26) – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** substituirá o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027
- (ii) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. As alterações se aplicam a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.
- (iii) Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações se aplicam a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

A Fundação não espera que essas alterações tenham impactos significativos sobre suas demonstrações financeiras.

3 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

a Instrumentos financeiros

a.1 Reconhecimento e mensuração inicial - ativos e passivos financeiros

A Fundação reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Fundação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

a.2 Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo por meio do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Fundação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

A Fundação classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio adotado para gestão dos seus ativos financeiros, conforme CPC 48, mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado da seguinte forma:

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurado ao custo amortizado ou VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes), são classificados como ao VJR valor justo por meio do resultado).

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Nesta categoria a Fundação classifica as “aplicações financeiras”.

Custo amortizado

Representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Fundação é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, recebimentos e pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Fundação, classificados como custo amortizado são “caixa e bancos conta movimento”, contas a receber de clientes e outros créditos.

Todos os passivos financeiros da Fundação estão classificados como custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado.

a.3 Compensação de ativos e passivos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a.4 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Fundação tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

No desreconhecimento de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre valor contábil do ativo e a soma da contraprestação recebida e a receber é reconhecida no resultado.

A Fundação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Fundação também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

b Caixa e equivalentes de caixa (recursos livres)

Caixa e equivalentes de caixa (recursos livres) abrangem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da fundação.

c Caixa e equivalentes de caixa (recursos restritos)

Caixa e equivalentes de caixa (recursos restritos) abrangem depósitos bancários e investimentos financeiros. Tais recursos financeiros estão vinculados a projetos/subvenções/convênios e serão utilizados quando da sua realização.

d Contas a receber de clientes

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. Uma estimativa de perdas com créditos esperadas é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

e Subvenções a receber

As subvenções a receber são registrados e mantidos pelo valor nominal dos contratos/convênios representativos desses créditos, referentes principalmente por direitos a receber de contratos e convênios públicos destinados a custeio e investimentos.

f Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método da média ponderada móvel.

g Propriedade para investimentos

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na nota explicativa nº 10. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. As variações (ganhos ou perdas) resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidas no resultado do período no qual as mudanças ocorrerem, especificamente em conta de resultado.

h Imobilizado

h.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas/ despesas no resultado.

h.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Fundação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

h.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na vida útil econômica estimada de cada item. Terrenos e construções em andamento não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. A depreciação é reconhecida no resultado.

i Avaliação do valor recuperável de ativos (*Impairment*)

i.1 Ativos financeiros

Ativos financeiros classificados como custo amortizado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Para contas a receber de clientes, a Fundação aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a FPA não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A FPA estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

i.2 Ativos não financeiros

A administração da Fundação deve revisar anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

j Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, conforme aplicável.

k Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e posteriormente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido.

Os empréstimos e financiamentos com vencimento até o encerramento do próximo exercício social estão classificados no passivo circulante, e os com prazos superiores no passivo não circulante.

l Subvenções a Realizar

As subvenções a realizar são reconhecidos pelo valor nominal e enquanto não atendidos os requisitos para o reconhecimento no resultado, são registrados no ativo em contrapartida do passivo em conta específica de subvenções a realizar e são realizados em confronto com as despesas correspondentes, conforme determina a ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros.

m Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Fundação tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma:

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Fundação possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Fundação, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos

contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, quando for o caso, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

o Reconhecimento de receita e despesas

As receitas operacionais da Fundação constituem-se basicamente dos serviços hospitalares prestados em seus dois Hospitais-Escola, das mensalidades escolares dos alunos matriculados em seus diversos departamentos de ensino, das doações de pessoas físicas e jurídicas e dos auxílios e subvenções recebidos de órgãos governamentais. As despesas são classificadas por grupos, segundo suas origens, sendo consolidadas, por espécie, quando do encerramento do exercício social, ao final de cada ano civil, sendo ambas (receitas e despesas) apuradas pelo regime de competência dos exercícios e contabilizadas em conformidade com um plano de contas único.

As gratuidades são praticadas em todos os departamentos mantidos pela Fundação, tendo em vista sua finalidade filantrópica, sendo apuradas de acordo com as áreas de atuação da entidade, a saber: Saúde, Educação e Assistência Social.

o.1 Prestação de serviços educacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Fundação e quando puder ser mensurada de forma confiável. As receitas com mensalidades dos alunos são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência. As receitas incluem mensalidade de ensino de educação básica e ensino superior.

o.2 Bolsa de estudos concedidas (gratuidade)

As bolsas concedidas foram calculadas com base na totalidade das receitas efetivamente recebidas, atendendo as determinações da Lei nº 187, de 16 de dezembro de 2021, e no Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023, que a regulamenta, e da Lei nº 11.096/2005, que introduziu o PROUNI, bem como a legislação pertinente a filantropia. Os benefícios concedidos como gratuidade são reconhecidos pelo valor efetivamente praticado e de forma segregada das receitas a que se referem.

o.3 Prestação de serviços médico hospitalares

Os procedimentos médicos hospitalares concluídos são finalizados, revisados e enviados ao seu destinatário final (particular ou plano de saúde), sendo reconhecidos de acordo com o regime de competência.

Os procedimentos médicos hospitalares que se encontram em curso e não podem ser finalizados, até o encerramento das demonstrações financeiras, são avaliados e quantificados, sendo reconhecidos pelo regime de competência.

o.4 Subvenções

As receitas oriundas de subvenções e doações são registradas conforme determina a ITG 2002 (R1) – entidade sem finalidade de lucros, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos e cumpridas todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção.

p Receitas com trabalhos voluntários

Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) item 19, a Fundação reconhece pelo valor justo a prestação de serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pelas entidades. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida a custos das atividades.

4 Caixa e equivalentes de caixa (recursos livres)

Descrição	2024	2023
Caixa	133.944	103.485
Bancos conta movimento - sem restrição	13.671.010	324.309
Aplicações financeiras - sem restrição	60.021.559	91.883.538
	<u>73.826.513</u>	<u>92.311.332</u>

As aplicações financeiras - sem restrição são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo representadas substancialmente por aplicações em Certificado de Depósitos Bancários – CDB e fundos de aplicação referenciados pelo DI. As taxas de juros são as normais do mercado para a modalidade, considerando o valor e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Fundação.

5 Caixa e equivalentes de caixa (recursos restritos)

Descrição	2024	2023
Bancos conta movimento - com restrição	46.586	100.941
Aplicações financeiros - com restrição	5.740.660	6.558.295
	<u>5.787.246</u>	<u>6.659.236</u>

As aplicações financeiras – com restrição, referem-se a recursos vinculados aos Convênios/Projetos públicos. Permanecem restritos e aplicados substancialmente em Certificado de Depósitos Bancários – CDB e fundos de aplicação referenciados pelo DI. As taxas de juros são as normais do mercado para a modalidade, considerando o valor e a época da aplicação.

6 Contas a receber de clientes

a Composição do saldo

Descrição	2024	2023
Contas a receber de clientes:		
Clientes - educação	11.473.671	9.719.758
Clientes convênio - saúde	7.857.281	6.502.520
Sistema único de saúde - SUS	1.540.259	1.672.485
Clientes particular - saúde	221.583	532.032
	21.092.794	18.426.795
Outras contas a receber:		
Cartão de crédito	276.534	252.540
Cheques a receber	120.302	140.162
Outras contas a receber	55.760	54.251
	21.545.390	18.873.748
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa (i)	(6.674.030)	(5.754.065)
	14.871.360	13.119.683

b Composição do saldo por vencimento do contas a receber de clientes

	2024	2023
A vencer	11.762.201	10.045.517
Vencidos:		
Até 30 dias	937.506	1.185.739
De 31 até 60	683.718	604.021
De 61 até 90	568.320	492.372
De 91 até 120	535.205	507.444
De 121 até 150	458.193	374.454
De 151 até 180	310.120	299.963
De 181 até 365	1.641.366	1.264.053
Acima de 365 dias	5.535.897	4.846.680
	22.432.526	19.620.243
Antecipações de mensalidades (ii)	(1.339.732)	(1.193.448)
	21.092.794	18.426.795

- (i) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as particularidades operacionais da Fundação, após criteriosa análise das contas a receber vencidas. Para o contas a receber do SUS, não são calculados provisão para perdas devido ao histórico de recuperação, inclusive dos saldos vencidos a mais de 360 dias. A administração da Fundação entende ser suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.
- (ii) Refere-se a matrículas/mensalidades para o ano letivo subsequente, recebidas de maneira antecipada ou no encerramento do exercício social. Serão reconhecidos no resultado do exercício de 2025 de acordo com o regime de competência.

7 Subvenções a receber

Descrição	2023	Valores recebidos/ repasses	Encerramento do convênio	2024
Hospital Escola Padre Albino				
- Sustentáveis	3.138.771	-	-	3.138.771
- Mais Santa Casa	4.928.417	(1.971.368)	(2.957.049)	-
- Subvenção	4.068.135	(1.356.045)	(2.712.090)	-
	12.135.323	(3.327.413)	(5.669.139)	3.138.771
Hospital Escola Emílio Carlos				
- Sustentáveis	662.669	-	-	662.669
- Mais Santa Casa	537.579	(215.032)	(322.547)	-
- Subvenção	2.252.861	(500.636)	(1.752.225)	-
	3.453.109	(715.668)	(2.074.772)	662.669
Recanto Monsenhor Albino				
- Termo de fomento 01/2023	66.000	-	-	66.000
- Outros	2.500	-	-	2.500
	68.500	-	-	68.500
Subvenções a receber	15.656.932	(4.043.081)	(7.743.911)	3.869.940

As subvenções a receber são registrados no ativo em contrapartida do passivo e são realizados, quando do seu efetivo recebimento.

8 Estoques

Descrição	2024	2023
Medicamentos e materiais hospitalares	5.843.125	5.056.715
Materiais de manutenção	264.280	213.864
Produtos alimentícios	227.909	186.401
Materiais de limpeza	210.800	277.560
Materiais de segurança e medicina do trabalho	385.707	237.917
Almoxarifado e outros estoques	311.100	400.676
	7.242.921	6.373.133

O saldo dos estoques, em sua maioria, é representado por medicamentos, materiais médico-hospitalares e outros produtos relacionados a atividade hospitalar, utilizados na prestação de serviços de saúde nos hospitais. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados.

9 Adiantamentos

Descrição	2024	2023
Adiantamento a fornecedores (i)	4.714.482	3.103.772
Adiantamento de férias	1.896.276	1.928.408
Adiantamento a funcionários	92.065	318.194
Outros adiantamentos	78.801	27.302
	6.781.624	5.377.676

(i) Parte substancial dos adiantamentos se referem a antecipação de recursos para aquisição de imobilizado na área de saúde.

10 Propriedade para investimentos

	Terrenos rurais	Terrenos urbanos	Edificações	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	32.031.488	5.262.814	12.758.779	50.053.081
Variação do valor justo do exercício	(7.031.488)	811.000	(2.339.000)	(8.559.488)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	25.000.000	6.073.814	10.419.779	41.493.593
Aquisições do exercício	-	-	115.960	115.960
Variação do valor justo do exercício	3.000.000	470.000	(3.081.451)	388.549
Saldos em 31 de dezembro de 2024	28.000.000	6.543.814	7.454.288	41.998.102

Em atendimento do CPC 28 – Propriedade para Investimento, a Fundação adota o método de valor justo por melhor refletir o seu negócio e para possíveis análises de mercado. O valor justo dos terrenos e das edificações está suportado por laudos de avaliação elaborados por avaliadores independentes, datado 30 de setembro de 2024. A periodicidade de avaliação a valor justo das propriedades para investimento é anual.

11 Imobilizado

a Composição do saldo

	Taxa anual de depreciação		Depreciação acumulada	2024 Líquido	2023 Líquido
Terrenos	-	12.117.337	-	12.117.337	12.117.337
Edificações e benfeitorias	4%	130.412.665	(28.256.045)	102.156.620	63.653.487
Máquinas e equipamentos (i)	10%	40.722.275	(22.766.681)	17.955.594	13.283.427
Instalações	10%	1.047.878	(1.047.878)	-	110
Móveis e utensílios (i)	10%	13.816.064	(8.660.189)	5.155.875	3.528.876
Equipamentos de informática (i)	20%	11.018.445	(6.026.890)	4.991.555	1.852.983
Veículos (i)	20%	3.326.414	(1.585.349)	1.741.065	400.580
Imobilizações em curso	-	853.338	-	853.338	853.338
Outras imobilizações	-	26.031	-	26.031	15.160
(-) Provisão para perdas - impairment	-	(493.404)	-	(493.404)	(493.404)
		212.847.043	(68.343.032)	144.504.011	95.211.894

b Movimentação do custo de aquisição

	2022	Adição	Transferências	2023	Adição	Baixas	Transferências	2024
Terrenos	12.117.337	-	-	12.117.337	-	-	-	12.117.337
Edificações e benfeitorias	71.607.503	17.826.186	-	89.433.689	40.978.976	-	-	130.412.665
Máquinas e equipamentos	37.383.434	1.838.241	-	39.221.675	7.380.855	(5.890.332)	10.077	40.722.275
Instalações	1.047.878	-	-	1.047.878	-	-	-	1.047.878
Móveis e utensílios	11.159.820	915.270	-	12.075.090	2.358.247	(617.863)	590	13.816.064
Equipamentos de informática	5.998.095	919.825	-	6.917.920	4.232.444	(121.252)	(10.667)	11.018.445
Veículos	1.405.121	246.285	142.308	1.793.714	1.532.700	-	-	3.326.414
Imobilizações em curso	853.338	-	-	853.338	-	-	-	853.338
Outras imobilizações	21.633	135.835	(142.308)	15.160	10.871	-	-	26.031
(-) Provisão para perdas - impairment	(493.404)	-	-	(493.404)	-	-	-	(493.404)
	141.100.755	21.881.642	-	162.982.397	56.494.093	(6.629.447)	-	212.847.043

c Movimentação da depreciação acumulada

	2022	Adição	2023	Adição	Baixas	2024
Edificações e benfeitorias	(23.359.139)	(2.421.063)	(25.780.202)	(2.475.843)	-	(28.256.045)
Máquinas e equipamentos	(23.492.665)	(2.445.583)	(25.938.248)	(2.754.894)	5.926.461	(22.766.681)
Instalações	(1.044.353)	(3.415)	(1.047.768)	(110)	-	(1.047.878)
Móveis e utensílios	(7.935.783)	(610.431)	(8.546.214)	(729.219)	615.244	(8.660.189)
Equipamentos de informática	(4.450.699)	(614.238)	(5.064.937)	(1.089.208)	127.255	(6.026.890)
Veículos	(1.323.538)	(69.596)	(1.393.134)	(153.590)	(38.625)	(1.585.349)
	(61.606.177)	(6.164.326)	(67.770.503)	(7.202.864)	6.630.335	(68.343.032)

Os bens do ativo imobilizado estão líquidos dos bens adquiridos com recursos dos Convênios firmados com a Fundação ou repassados pelos órgãos públicos, através de Contratos e Termo de Permissão de Uso (bens de terceiros). São reconhecidos em contas devedoras e credoras distintas do ativo imobilizado e mantidos ao seu valor histórico. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 tinha a seguinte composição:

Bens de terceiros	2024	2023
Máquinas e equipamentos	14.444.836	14.026.210
Móveis e utensílios	965.317	925.042
Equipamentos de informática	24.002	24.002
Veículos	44.125	44.125
Benfeitorias	399.789	116.134
	15.878.069	15.135.513

12 Fornecedores

Descrição	2024	2023
Fornecedores - atividade saúde	10.584.540	9.174.350
Fornecedores - atividade educação	1.507.558	445.828
Fornecedores - atividade social	315.019	25.992
Fornecedores demais atividades	1.096.288	752.094
	13.503.405	10.398.264

13 Empréstimos e financiamentos

a Composição do saldo

Instituição / Modalidade	Encargos financeiros	Vencimento final	2024		2023	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES - Crédito para investimento	SELIC + 3,52% a.a.	15/09/2037	1.235.433	48.665.358	161.901	27.335.195
Bradesco - Cédula de crédito bancário - capital de giro	10,0195% a.a.	17/11/2025	2.926.895	-	3.081.231	2.789.537
			4.162.328	48.665.358	3.243.132	30.124.732

b Cronograma de amortização da dívida:

Ano de vencimento	2024	2023
2025	-	3.359.021
2026	4.141.728	2.277.936
2027	4.141.728	2.277.936
2028	4.141.728	2.277.936
2029 a 2037	36.240.174	19.931.903
	48.665.358	30.124.732

c Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	2024	2023
Saldo inicial do empréstimo e financiamentos em	33.367.864	8.473.046
(+) Captações	22.577.449	27.335.195
(-) Pagamentos do principal	(5.894.603)	(3.335.376)
(-) Pagamentos de juros	(1.700.207)	(1.521.557)
(+) Juros provisionados	4.477.183	2.416.556
Saldo final do empréstimo e financiamentos em	52.827.686	33.367.864

O saldo de empréstimos e financiamento está representado por duas operações: a) Banco Bradesco S.A., com garantia no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC), com provimento de recursos do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e b) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), composto dentre outras fontes, pelos recursos de Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e pelos recursos do FAT – Depósitos Especiais. Será utilizado em projetos de ambientação e ampliação na área de saúde. A Fundação dá em garantia-reserva, cessão fiduciária dos direitos creditórios que possui junto ao Ministério da Saúde, referente aos créditos decorrentes de haveres pelos serviços prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, no ano de 2024 foi acrescentado como garantia os recebíveis vinculados ao curso de graduação em medicina.

d Cláusulas contratuais restritivas (covenants)

O saldo do empréstimo junto ao BNDES, possui cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) relacionadas com o cumprimento do índice financeiro apurado em demonstrações financeiras auditada, que compreende a relação entre o patrimônio líquido e o ativo total e deverá ser superior a 0,4.

Em 2024 e 2023 a cláusula contratual restritiva (*covenants*), relacionada com o cumprimento de índice financeiro, foi integralmente cumprido.

Além da referida cláusula financeira, há outras cláusulas restritivas não financeiras que, em 31 de dezembro de 2024, encontravam-se todas plenamente cumpridas.

14 Obrigações trabalhistas e encargos sociais

Descrição	2024	2023
Salários a pagar	7.343.573	6.099.989
IRRF a recolher sobre salários	1.897.576	1.665.987
FGTS a recolher	993.089	891.783
INSS a recolher sobre salários	681.219	632.611
Rescisões a pagar	210.544	142.971
PIS sobre folha de pagamento a recolher	31.268	2.661
Outras obrigações	48.653	50.560
	11.205.922	9.486.562

15 Subvenções a realizar

Descrição	2023	Valores recebidos/repasse	Rendimentos	Imobilizações	Consumo/gastos	Encerramento do convênio	2024
Hospital Escola Padre Albino							
- Secretaria de Estado da Saúde	1.291	220.000	2.349	-	(223.640)	-	-
- Fundo Nacional de Saúde	156.267	1.300.000	13.111	-	(1.403.325)	-	66.053
- Siconv	789.434	-	31.163	-	(746.012)	-	74.585
- PRONON	-	2.073.183	1.081	-	-	-	2.074.264
- Sustentáveis	3.138.771	-	-	-	-	-	3.138.771
- Mais Santa Casa	5.482.675	-	10.005	-	(2.535.631)	(2.957.049)	-
- Subvenção	4.964.119	-	51.284	-	(1.829.126)	(2.712.090)	474.187
- Prefeitura de Tanabi	15.000	15.000	129	-	(30.129)	-	-
	14.547.557	3.608.183	109.122	-	(6.767.863)	(5.669.139)	5.827.860
Hospital Escola Emílio Carlos							
- Secretaria de Estado da Saúde	1.363	50.000	480	-	(1.377)	-	50.466
- Fundo Nacional de Saúde	-	400.000	5.103	-	(405.103)	-	-
- Siconv	7.069	-	199	-	(7.045)	-	223
- PRONON	271.262	680.033	17.357	-	(106.146)	-	862.506
- Sustentáveis	662.669	-	-	-	-	-	662.669
- Mais Santa Casa	604.193	-	1.014	-	(282.659)	(322.548)	-
- Subvenção	2.256.309	-	1.229	-	(505.314)	(1.752.224)	-
	3.802.865	730.033	20.279	-	(902.541)	(2.074.772)	1.575.864
Ambulatório Médico de Especialidades							
- Secretaria	2.767.973	10.975.414	317.926	892.064	(13.914.808)	-	1.038.569
	2.767.973	10.975.414	317.926	892.064	(13.914.808)	-	1.038.569
Coordenadoria							
- Sincov	14.443	-	156	-	(12.458)	-	2.141
	14.443	-	156	-	(12.458)	-	2.141
Recanto Monsenhor Albino							
- Termo de colaboração 04/2020	-	204.600	1.423	-	(206.023)	-	-
- Termo de fomento 01/2023	100.967	198.000	1.203	-	(215.720)	-	84.450
- Termo de colaboração 07/2023	100.738	-	5.685	-	(106.423)	-	-
- Termo de fomento 01/2023	-	149.824	3.683	-	(153.507)	-	-
- Termo de fomento 02/2024	-	54.160	1.177	-	(40.479)	-	14.858
- Outros	2.500	-	-	-	-	-	2.500
	204.205	606.584	13.171	-	(722.152)	-	101.808
Subvenções a realizar	21.337.043	15.920.214	460.654	892.064	(22.319.822)	(7.743.911)	8.546.242

As subvenções a realizar, inicialmente, tem sua contrapartida registrada no ativo (nota explicativa nº 7) e, posteriormente, quando realizadas, são reconhecidas no resultado do exercício, na mesma proporção das despesas e custos incorridos por projeto, de forma que no final do exercício tais receitas e despesas não impactem o resultado do exercício da Fundação.

16 Provisões para contingências e depósitos judiciais

A Fundação é parte em diversos processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos estão quantificadas em montante considerado suficiente, com base na opinião de seus assessores jurídicos, para atender às expectativas de perdas prováveis na solução desses processos, sendo parcialmente cobertas por depósitos judiciais classificados no realizável a longo prazo.

As perdas prováveis provisionadas e os depósitos judiciais, nas demonstrações contábeis estão assim compostos:

	Provisões para contingências		Depósitos judiciais		Efeito líquido dos depósitos judiciais	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Trabalhistas	3.967.217	2.926.433	366.997	540.820	3.600.220	2.385.613
Cíveis	4.104.705	4.176.257	349.404	1.028.427	3.755.301	3.147.830
Tributária	9.013.720	9.013.720	9.013.720	9.013.720	-	-
	17.085.642	16.116.410	9.730.121	10.582.967	7.355.521	5.533.443

Fundação possui outras contingências envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias cuja materialização na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, em um total aproximado de R\$ 13.802.375 (R\$ 9.279.270 em 2023), para as quais a Administração da Fundação, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, entendem não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

17 Patrimônio líquido

a Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído dos superávits ou déficits acumulados de exercícios anteriores. O valor do patrimônio social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 179.764.368 (R\$ 155.824.284 em 2023).

b Superávits acumulados

O superávit acumulado do exercício de 2024 no montante de R\$ 5.930.423, deve ser incorporado no patrimônio social após a aprovação das demonstrações financeiras em Reunião Ordinária do Conselho de Administração e referendo do Conselho de Curadores em sua Reunião Ordinária.

18 Receitas Operacionais Líquidas

	2024	2023
Receitas - atividade saúde		
Contratualização SUS	112.958.818	70.829.671
Planos de saúde privado	72.601.116	57.955.524
Serviços hospitalares e ambulatoriais particulares	7.164.252	6.974.737
Contribuições e doações voluntárias	2.231.872	1.745.417
Outras Receitas	25.883	-
Receita operacional líquida - atividade saúde	194.981.941	137.505.349
Receitas - atividade educação		
Mensalidades - educação superior	87.463.897	82.127.844
Mensalidades - educação básica	6.461.968	4.989.142
Gratuidade com bolsas de estudo - educação superior	10.151.492	9.469.524
Gratuidade com bolsas de estudo - educação básica	5.206	609.865
Contribuições e doações voluntárias	-	29.360
Aluguéis	24.350	25.114
Outras Receitas	446.244	284.887
Receita operacional líquida - atividade educação	104.553.157	97.535.736
Deduções da receita - atividade educação (ii)		
Bolsas de estudos integrais (100%) - ensino superior - Lei Complementar 187/2021	(9.007.325)	(8.566.696)
Bolsas de estudos parciais (50%) - ensino superior - Lei Complementar 187/2021	(1.144.167)	(902.828)
Bolsas de estudos integrais (100%) - educação básica - Lei Complementar 187/2021	-	(605.554)
Bolsas de estudos parciais (50%) - educação básica - Lei Complementar 187/2021	(5.206)	(4.311)
Bolsas de estudos concedidas - educação superior	(7.051.211)	(6.420.168)
Bolsas de estudos concedidas - educação básica	(1.471.003)	(1.298.011)
Deduções da receita - atividade educação (ii)	(18.678.912)	(17.797.568)
Receita operacional líquida - atividade educação	85.874.245	79.738.168
Receitas - atividade social		
Contraprestações assistenciais recebidas	323.209	347.486
Contribuições e doações voluntárias	112.255	312.937
Outras Receitas	-	15.903
Receita operacional líquida - atividade social	435.464	676.326
Receitas - demais atividades		
Contribuições e doações voluntárias	4.834.588	2.357.569
Serviços voluntários obtidos (nota explicativa nº 23)	79.856	76.547
Aluguéis/arrendamentos	1.934.589	1.957.557
Outras receitas	1.028.214	1.087.252
Receita operacional líquida - demais atividades	7.877.247	5.478.925
Imunidades usufruídas	39.146.438	34.743.414
Subvenções, convênios e parcerias	25.505.714	51.355.756
Receita operacional líquida - total	353.821.049	309.497.938

- (i) Na área de saúde, a Fundação Padre Albino, no cumprimento das exigências legais emanadas pela Lei Complementar 187/2021, pelo decreto 11.791, de 21 de novembro de 2023, que a regulamenta e Portaria n. 834 de 26/04/2016, prestou ao longo do exercício de 2023, atendimento a pacientes Sistema Único de Saúde – SUS em percentual superior a 60% (sessenta por cento) de sua capacidade instalada, conforme abaixo demonstrado:

Capacidade instalada

Departamento de Saúde	Capacidade Instalada (Leitos)		Dedicação ao SUS (Leitos)		Percentual SUS (%)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Hospital - Escola Padre Albino	207	207	139	139	67,15	67,15
Hospital - Escola Emílio Carlos	164	164	142	142	86,59	86,59
Total	371	371	281	281	153,74	153,74

Total de pacientes/dia (internações)

Classificação	Hospital Padre Albino		Hospital Emilio Carlos		Total		Percentual (%)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
SUS	39.398	37.652	45.062	39.471	84.460	77.123	85,13	84,05
Convênios/Particular	10.145	10.094	4.605	4.543	14.750	14.637	14,87	15,95
Total	49.543	47.746	49.667	44.014	99.210	91.760	100,00	100,00

Total de internações

Classificação	Hospital Padre Albino		Hospital Emilio Carlos		Total		Percentual (%)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
SUS	9.937	9.184	7.107	6.258	17.044	15.442	77,19	77,47
Convênios/Particular	3.842	3.540	1.195	951	5.037	4.491	22,81	22,53
Total	13.779	12.724	8.302	7.209	22.081	19.933	100,00	100,00

Atendimentos ambulatoriais, urgência e emergência

Classificação	Hospital Padre Albino		Hospital Emilio Carlos		Total		Percentual (%)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
SUS	29.567	27.301	80.743	72.802	110.310	100.103	72,20	73,97
Convênios/Particular	41.471	34.269	1.000	958	42.471	35.227	27,80	26,03
Total	71.038	61.570	81.743	73.760	152.781	135.330	100,00	100,00

- (ii) Na área de ensino, a Fundação concedeu bolsas de estudos a alunos, conforme demonstrativo a seguir:

Departamento de Ensino	Nº de Alunos Beneficiados		Valor dos Benefícios	
	2024	2023	2024	2023
UNIFIPA - Medicina	273	279	7.617.095	7.919.542
UNIFIPA - Direito e Adm. Empresas	351	346	3.043.298	2.878.678
UNIFIPA - Enfermagem	192	193	1.234.287	1.156.644
UNIFIPA - Educação Física	149	121	815.890	707.308
UNIFIPA – Biomedicina	203	156	1.107.150	747.428
UNIFIPA – Pedagogia	66	67	222.623	220.054
UNIFIPA – Pós-Graduação	-	41	-	23.224
UNIFIPA – Graduação Especial e Inclusiva	1	-	560	-
UNIFIPA – Agronomia	127	115	1.142.732	963.484
UNIFIPA – Farmácia	99	107	940.820	912.558
UNIFIPA – Tecnólogo RH	206	206	477.329	360.771
Colégio Catanduva	632	613	2.077.128	1.907.877
Total	2.299	2.244	18.678.912	17.797.568

- (iii) Na área de assistência social, foram atendidos gratuitamente, em regime de internato, idosos de ambos os sexos no Recanto Monsenhor Albino, conforme demonstrativo a seguir:

Departamento de Assistência Social	Idosos institucionalizados		Custo anual de atendimento	
	2024	2023	2024	2023
Recanto Monsenhor Albino	24	23	4.499.250	3.332.176
Total	24	23	4.499.250	3.332.176

19 Custos das atividades e serviços

	2024	2023
Custo com pessoal		
Salários e ordenados	(73.959.034)	(68.674.975)
Horas extras	(6.919.145)	(4.031.111)
Adicional noturno	(2.370.951)	(1.991.030)
Adicional de insalubridade	(7.770.843)	(7.154.359)
Gratificações	(773.404)	(736.675)
Décimo terceiro salário	(8.305.338)	(7.470.630)
Férias	(11.419.543)	(10.134.926)
Aviso prévio	(629.751)	(493.918)
Reestruturação	(164.342)	(753.142)
Indenizações trabalhistas	(6.085.813)	(3.768.130)
FGTS sobre folha de pagamento	(8.607.602)	(7.306.897)
FGTS sobre décimo terceiro	-	(479.017)
FGTS sobre férias	(77.408)	(33.949)
PIS sobre folha de pagamento	(33.448)	(241.842)
PIS sobre férias	(423)	(323)
Contratados	(4.067.342)	(3.169.383)
Cestas básicas e vale alimentação	(8.733.072)	(5.600.136)
Outros gastos com pessoal	(2.202.357)	(1.649.122)
	(142.119.816)	(123.689.565)
Serviços voluntários obtidos	(79.856)	(76.547)
Custos com pessoal - total	(142.199.672)	(123.766.109)
Custos com manutenção das atividades, incluindo subvenções e parcerias		
Medicamentos	(24.608.278)	(19.345.495)
Materiais hospitalares	(14.781.420)	(12.254.873)
Médicos plantonistas	(17.554.663)	(16.202.341)
Serviços auxiliares de diagnóstico - SADT	(22.827.330)	(20.927.229)
Serviços médicos - pessoa jurídica	(16.906.338)	(14.620.487)
Órtese e prótese	(11.510.848)	(10.050.438)
Energia elétrica	(3.413.133)	(3.484.792)
Resíduos hospitalares	(791.211)	(843.350)
Rouparia e lavanderia	(4.262.589)	(4.107.946)
Higiene e limpeza	(1.916.685)	(1.717.139)
Material de escritório	(1.354.491)	(1.192.060)
Gêneros alimentícios	(4.799.549)	(4.327.353)
Material de manutenção e consumo	(3.608.327)	(2.799.569)
Materiais de laboratório	(353.548)	(476.177)
Dietas e suplementos alimentares	(814.750)	(666.342)
Serviços prestados por pessoa jurídica	(5.405.320)	(5.190.193)
Residência médica	(1.143.342)	(1.012.627)
Conservação e reparação	(6.075.869)	(4.770.024)
Gás, água e esgoto	(689.125)	(634.154)
Outros gastos	(1.651.595)	(1.419.380)
	(144.468.411)	(126.041.969)
Imunidade das contribuições sociais	(39.146.438)	(34.743.414)
Custos das atividades e serviços - total	(325.814.521)	(284.551.495)

20 Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Despesas, assessoria e consultoria com informática	(4.225.231)	(3.416.437)
Publicidade e propaganda	(1.901.972)	(1.481.837)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(919.965)	(1.197.427)
Honorários de prestadores de serviços	(443.292)	(448.592)
Aluguéis	(1.535.109)	(985.876)
Combustíveis e lubrificantes	(255.060)	(242.216)
Viagens e estadias	(713.118)	(667.629)
Telefone e internet	(663.341)	(404.367)
Impostos e taxas	(111.053)	(179.528)
Outras despesas	(1.703.974)	(1.204.864)
	(12.472.115)	(10.228.773)

21 Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	8.851.075	10.144.949
Juros ativos	698.510	788.050
Descontos obtidos	420.012	364.100
Outras receitas financeiras	31	-
	9.969.628	11.297.099
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(3.477.970)	(3.402.117)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.576.975)	(2.416.556)
Taxas e comissões bancárias	(755.594)	(617.817)
Juros e multa	(14.601)	(33.448)
Outras despesas financeiras	(5.590)	(19.881)
	(9.830.730)	(6.489.819)
Resultado financeiro	138.898	4.807.280

22 Instrumentos financeiros

a Considerações gerais

A Fundação mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Fundação. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

Descrição	Nota	2024	2023	Classificação
Ativos financeiros				
Caixa e banco conta movimento - sem restrição	4	13.804.954	427.794	(i)
Aplicações financeiras - sem restrição	4	60.021.559	91.883.538	(ii)
Bancos conta movimento - com restrição	5	46.586	100.941	(i)
Aplicações financeiros - com restrição	5	5.740.660	6.558.295	(ii)
Contas a receber de clientes	6	14.871.360	13.119.683	(i)
Outros créditos		243.987	28.977	(i)
		94.729.106	112.119.228	
Passivos financeiros				
Fornecedores	12	13.503.405	10.398.264	(iii)
Empréstimos e financiamentos	13	52.827.686	33.367.864	(iii)
Outras obrigações		8.633.305	6.047.639	(iii)
		74.964.396	49.813.767	

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado
- (ii) Valor justo por meio de resultado
- (iii) Passivos financeiros ao custo amortizado

b Fatores e riscos que podem afetar os negócios da Fundação

A Fundação possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxa de juros;

b.1 Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Fundação caso um devedor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Fundação, representados principalmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes.

Os riscos de crédito de caixa e equivalentes de caixa decorrem, principalmente, da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Fundação. Equivalentes de caixa, que inclui aplicações financeiras são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, a fim de minimizar o risco de crédito trazido por essas operações.

Contas a receber de clientes está relacionado a mensalidades de alunos e prestação de serviços médicos. Para mitigar esses riscos de crédito, a Fundação adota como prática a análise das situações financeiras de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Especificamente para o contas a receber de alunos, o risco de crédito é gerenciado pela renovação das matrículas anualmente, momento em que os débitos são quitados e/ou renegociados. A Fundação possui, ainda, a provisão para redução ao valor de realização de créditos de clientes no montante de R\$ 6.674.030 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 5.754.065 em 31 de dezembro de 2023).

b.2 Risco de liquidez

É o risco em que a Fundação encontrara dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez e de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da fundação.

b.3 Risco de taxa de juros

A Fundação procura manter sua exposição à mudança de taxas de juros em níveis aceitáveis. A exposição a este risco está relacionada a aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. A taxa de juro de empréstimos e financiamentos estão vinculadas a taxa de mercado contratualmente pré-fixadas não havendo riscos de flutuação ou exposição por conta de alterações de taxas.

c Estimativa do valor justo

Devido à natureza dos saldos, pressupõe-se que, o valor justo dos saldos de instrumentos financeiros da Fundação, estejam próximos aos seus valores contábeis.

A administração da Fundação é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

23 Isenções usufruídas

Em atendimento ao Artigo 30º, Inciso III, item (c) da Portaria nº 1.970, de 16/08/2011 do Ministério da Saúde, são demonstradas a seguir, os valores relativos aos benefícios fiscais usufruídos durante os exercícios de 2024 e de 2023:

Descrição	2024	2023
INSS Cota Patronal	29.973.704	27.605.249
COFINS	8.403.620	6.512.417
Outros	769.114	625.748
	39.146.438	34.743.414

a Isenção usufruída das contribuições previdenciárias (INSS)

Departamento da Fundação	Valor bruto da folha de pagamento		Contribuição anual devida	
	2024	2023	2024	2023
Hospital - Escola Padre Albino	43.556.059	38.886.841	12.108.584	10.810.542
Hospital – Escola Emílio Carlos	25.666.157	23.313.450	7.135.192	6.481.139
Ambulatório Médico de Especialidades – AME	3.583.589	3.209.583	996.238	892.264
Departamentos de saúde - total	72.805.805	65.409.874	20.240.014	18.183.945
Centro Universitário Padre Albino - UNIFIPA	20.599.380	20.838.343	5.726.628	5.793.059
Colégio Catanduva	2.108.174	1.869.231	586.072	519.646
Centro Cultural e Histórico Padre Albino	77.199	80.701	21.462	22.435
Departamentos de ensino - total	22.784.753	22.788.275	6.334.162	6.335.140
Recanto Monsenhor Albino	1.349.177	1.235.394	375.071	343.439
Departamentos de assistência social - total	1.349.177	1.235.394	375.071	343.439
Coordenadoria Geral	10.879.342	9.865.912	3.024.457	2.742.724
Outros departamentos - total	10.879.342	9.865.912	3.024.457	2.742.724
Total geral	107.819.077	99.299.455	29.973.704	27.605.248

b Isenção usufruída da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Departamento da Fundação	Base de cálculo anual		COFINS anual devido	
	2024	2023	2024	2023
Hospital - Escola Padre Albino	151.086.424	103.707.840	4.532.593	3.111.235
Hospital – Escola Emílio Carlos	41.859.685	32.367.861	1.255.791	971.036
Departamentos de saúde - total	192.946.109	136.075.701	5.788.384	4.082.271
Centro Universitário Padre Albino - UNIFIPA	81.611.415	75.973.484	2.448.342	2.279.205
Colégio Catanduva	4.238.480	3.716.975	127.154	111.509
Departamentos de ensino - total	85.849.895	79.690.459	2.575.496	2.390.714
Recanto Monsenhor Albino	323.209	349.888	9.696	10.497
Departamentos de assistência social - total	323.209	349.888	9.696	10.497
Coordenadoria Geral	1.001.466	964.505	30.044	28.935
Outros departamentos - total	1.001.466	964.505	30.044	28.935
Total geral	280.120.678	217.080.553	8.403.620	6.512.417

c Trabalhos voluntários usufruídos

No decorrer do ano de 2024 e de 2023 o conselho de administração, que é composto por voluntários, doou para a Fundação 1.152 horas de trabalho. Essas horas de trabalho e os encargos incidentes sobre elas, somaram um montante de R\$ 79.856 (R\$ 76.547 em 2023) (nota explicativa nº 18), que foram registrados conforme define a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros.

24 Ambulatório Médico de Especialidades Catanduva (AME)

A Fundação Padre Albino firmou contrato de gestão com o Governo do Estado de São Paulo, em 26 de julho de 2011 (001.0500.000.023/2011), renovado em 26 de Julho de 2016 (001.0500.000.015/2016), que foi renovado em 01 de Julho de 2021 (Nº SES – PRC – 2021/08034) por intermédio da Secretária de Estado da Saúde, regido pela Lei Complementar nº 846 de 04 de Junho de 1998, para regulamentar o desenvolvimento das ações e serviços no Ambulatório Médico de Especialidades Catanduva – AME CATANDUVA, mediante o cumprimento integral do contrato de gestão acima mencionado tem por finalidade atender com recursos humanos e técnicos os usuários do SUS – Sistema Único de Saúde e IAMSPE tendo como objeto a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde em conformidade com os anexos técnicos que integram os contratos de gestão citados acima.

A Fundação Padre Albino, em atendimento a IN TCESP nº 01/2008, em seu artigo 40 e artigo 179, prestou contas das receitas e despesas computadas por fonte de recursos, aplicadas no objeto do contrato de gestão, a saber:

	2024	2023
Receitas operacionais		
Repasse Contrato de Gestão/Convênio (Fixo + variável)	10.975.414	10.227.567
Resultado de Aplicação Financeira	318.119	420.787
	11.293.533	10.648.354
Despesas operacionais		
Pessoal	(4.937.659)	(4.147.636)
Serviços de Terceiros – P. Jurídica	(5.440.854)	(4.879.763)
Materiais	(1.039.286)	(825.852)
Gerais (Água, Luz, Telefone, Aluguel)	(260.561)	(245.083)
Tributárias/Financeiras	(10.343)	(6.929)
Outras Despesas	(915)	(2.385)
Ações Judiciais	(364.457)	(64.272)
Ressarcimento por Rateio	(890.638)	(773.153)
	(12.944.712)	(10.945.073)
Resultado operacional	(1.651.179)	(296.719)
Total dos investimentos	(48.730)	(58.795)

*** fim ***

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900
E moorerp@moorebrasil.com.br



www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.